



SENADO FEDERAL

**Comissão de Educação e Cultura**  
**46ª Reunião Extraordinária – 26/08/2024**  
**Resumo da Audiência Pública Interativa**

**Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034

**Requerimento relacionado:** [REQ 64/2024 - CE](#) (Senador Flávio Arns – PSB/PR). [REQ 62/2024 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE). [REQ 63/2024 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE, Senador Flávio Arns – PSB/PR). [REQ 72/2024 - CE](#) (Senador Zequinha Marinho – PODEMOS/PA).

**Projeto de lei relacionado:** [PL 2614/2024](#) (Câmara dos Deputados)

**Participantes:** Armando Amorim Simões, Diretor de Programas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE/MEC); Paulo Fossatti, Vice-Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE); Míriam Fábila Alves, Vice Coordenadora do Fórum Nacional de Educação (FNE) e Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); Flavia Viana Basso, Chefe da Divisão de Disseminação de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

**Armando Amorim Simões, Diretor de Programas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE/MEC)**

**Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ Destaca três aspectos acerca do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024-2034. O primeiro aspecto trata do monitoramento detalhado do PNE anterior, realizado pelo Inep e outras organizações da sociedade civil. Uma vez que este processo de monitoramento foi o mais amplo e estruturado da história dos planos de educação no Brasil, incluindo avaliação das metas por universidades e ONGs, que serviu de base para a construção do novo plano.

✓ O segundo aspecto é a retomada da participação social por meio de conferências municipais e estaduais, culminando na Conferência Nacional de Educação



## SENADO FEDERAL

(CONAE) de 2024, organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), e apoiada pelo Ministério da Educação (MEC).

✓ O terceiro aspecto destaca principalmente o fortalecimento da articulação entre estados e municípios, com a reativação de instâncias de pactuação previstas na legislação educacional vigente.

✓ O grupo de trabalho criado pelo MEC contou com a participação de 17 entidades, incluindo secretarias do MEC, o FNE, e consultorias legislativas. A colaboração visou elaborar um diagnóstico dos problemas da educação nacional. Ademais, o grupo de trabalho, mediante seu caráter consultivo e propositivo, criou diretrizes, metas e estratégias para o novo PNE, conforme previsto na Constituição.

✓ Foram realizadas 12 reuniões, incluindo oficinas ampliadas, com a participação de cerca de 100 representantes. Em novembro de 2023, foi apresentado um diagnóstico com propostas para o novo PNE. Dessa forma, a CONAE, realizada em janeiro de 2024, contou com mais de 2 mil delegados que debateram as propostas e apresentaram um documento final ao MEC em março, servindo de base para o novo projeto de lei.

✓ Portanto, o novo PNE propõe 10 diretrizes, 18 objetivos, 58 metas e 253 estratégias. A fim de garantir que as diretrizes sejam seguidas por todas as esferas de governo e que o plano se baseie em princípios de equidade e qualidade.

✓ As diretrizes orientam as ações dos governos, os objetivos visam mudanças para resolver problemas da educação, as metas permitem verificar a execução das políticas, e as estratégias são orientações para a tomada de decisões pelos governos. Com isso, o plano reconhece que a educação influencia e é influenciada por outras áreas do desenvolvimento, como a saúde e a pobreza, e a intersetorialidade é necessária para enfrentar esses desafios.

✓ É importante ressaltar que a quarta diretriz do plano propõe o fortalecimento da articulação federativa para implementar as estratégias, sugerindo um mecanismo de governança e pactuação permanente. Sendo essencial que haja um equilíbrio na responsabilidade entre as esferas de governo e um fluxo de recursos adequado para sustentar a educação.

✓ As inovações da nova versão do PNE estabelecem ênfase na qualidade e equidade como pilares fundamentais para a formulação de políticas educacionais, ressaltando a importância do monitoramento e da avaliação contínuos desde o planejamento até a implementação, de modo a assegurar o cumprimento de suas metas. Ao buscar consolidar a gestão democrática, proteger e desenvolver a primeira infância, garantir o direito à educação, erradicar o analfabetismo e reduzir desigualdades educacionais, valorizar os profissionais da educação e democratizar o acesso ao ensino superior e à pós-



## SENADO FEDERAL

graduação, o PNE apresenta um compromisso abrangente com um sistema educacional inclusivo e eficiente.

✓ Por fim, o foco do novo PNE está na qualidade da educação como um objetivo central nos diferentes níveis de ensino, incluindo educação infantil, educação profissional e tecnológica; ensino superior e formação de professores; o novo plano menciona a necessidade de diminuir a desigualdade entre grupos sociais, destacando a educação escolar indígena do campo e também do quilombola; propõe uma abordagem curricular integral para as escolas que oferecem educação em tempo integral, indo além da simples ampliação da jornada escolar; e quanto ao financiamento, ao invés de apenas estabelecer um percentual fixo do PIB, passa a ser pensado sob uma perspectiva de crescimento específico para a educação básica, alinhado ao conceito do “Custo Aluno Qualidade” (CAQ), e visando reduzir as desigualdades na capacidade de financiamento, algo ausente no plano atual.

**Paulo Fossati, Vice-Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ O Plano Nacional de Educação (PNE) abrange 10 diretrizes, 18 objetivos, 58 metas e 253 estratégias.

✓ Destaca a necessidade de um Sistema Nacional de Educação (SNE) que integre os três níveis de governo (União, Estados e Municípios). Reforçou a necessidade de parcerias público-privada, dada à realidade apresentada de escolas sem infraestruturas, para articular cultura, esporte e artes, para oferecer uma educação de qualidade.

✓ O Brasil possui 9 milhões de analfabetos, 62 milhões de jovens que ainda não terminaram o ensino fundamental, e 70 milhões cursando o programa Educação de jovens e Adultos (EJA). O percentual de jovens interessados em ingressar na universidade é de 24%, e a evasão na educação superior está na média dos 58%.

✓ O ensino médio possui uma evasão de 6,9%. A educação pública possui uma carência de 410 mil professores, tendo profissionais lecionando fora da sua área de atuação. Reforça a necessidade de uma nova especialização docente que abranja a educação inclusiva.



## SENADO FEDERAL

✓ Destaca a importância de valorizar a carreira docente, uma vez que o salário do docente não consegue alcançar a média de outros profissionais de mesmo nível. Outro fator importante são as condições de trabalho no qual decorrem enfermidades mentais.

✓ Enfatiza a necessidade de oferecer educação superior de qualidade tanto na modalidade de Educação a Distância (EAD) quanto no ensino presencial.

✓ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) informa que 37% dos jovens buscam educação técnico-profissional. No entanto, os números do Conselho Nacional de Educação (CNE) expressa que apenas 11% dos jovens brasileiros cursaram educação técnico-profissional, contudo, pesquisas indicam que 98% desses jovens acreditam e se interessam por essa modalidade de educação.

✓ A proposta de aumentar em dois terços as matrículas no ensino técnico foi bem recebida. Havendo crítica a limitação de 600 horas de educação técnica no novo ensino médio, ressaltando que é insuficiente para uma formação de qualidade.

✓ Está sendo discutido no CNE sobre a importância de a educação superior estar alinhada com a educação básica. Portanto, a educação superior precisa alterar o currículo acadêmico para capacitar professores, integrar a extensão, pesquisas e assim, estancar essa evasão de 58%.

✓ Reforça a importância de interiorizar o PNE no que diz respeito à educação superior, com o objetivo de promover cursos voltados para pesquisa e desenvolvimento em todas as regiões do Brasil. É fundamental identificar os cursos e carreiras com maior déficit em cada região, de modo a direcionar esforços para o desenvolvimento de áreas específicas do país. Atualmente, há uma concentração de oportunidades nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, destacando a necessidade de um olhar diferenciado para as regiões Norte e Nordeste.

✓ O financiamento do PNE anterior chegou à média de 5,5%, o atual PNE está progredindo entre 7% e 10% do PIB. É necessário ampliar a parceria público-privada com as convencionais, com as comunitárias, e com instituições sem fins lucrativos e explorar novas fontes de receita, como impostos voltados especificamente para educação.

✓ Enfatizou a importância de incluir a educação ambiental nas escolas, especialmente sobre proteção ambiental e questões climáticas, considerando o impacto recente das grandes queimadas. Destacou também a necessidade de promover a educação digital para evitar a exclusão de pessoas do mercado de trabalho e de ampliar o ensino de competências de empreendedorismo, alinhadas à educação integral, para agregar valor social e criando mais oportunidades de emprego.



SENADO FEDERAL

**Miriam Fábila Alves, Vice- Coordenadora do Fórum Nacional de Educação (FNE)  
e Presidente da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação  
(ANPEd)**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

✓ Destaca-se o papel do Fórum Nacional de Educação (FNE) na elaboração e disputa das metas do novo PNE, juntamente com o Ministério de Educação (MEC), frisando que a realização das conferências, especialmente a Conferência Nacional de Educação (CONAE), abre um espaço de participação social muito importante, no sentido de validar, de respaldar o documento apresentado ao Congresso Nacional. Observa-se que, embora o plano final não seja uma réplica exata das demandas da CONAE, grande parte delas foram incorporadas.

✓ O processo democrático que envolve a criação e aprovação do PNE, com ampla participação social, permite um debate saudável e construtivo e a disputa por melhorias no plano deve ocorrer no campo das ideias e dos dados, visando a educação brasileira.

✓ Um dos principais desafios no Brasil é a descontinuidade das políticas educacionais. Com isso, se faz necessário que o PNE adote uma visão sistêmica, conectando entes, redes e unidades educacionais (escolas e universidades) para garantir a continuidade das ações e evitar mudanças abruptas que comprometam o progresso, buscando um sistema educacional nacional que integre e conecte as partes envolvidas, promovendo uma estrutura coordenada e deliberativa, para evitar que o plano se torne um documento sem efeito prático.

✓ A 10ª diretriz do PNE destaca a promoção dos direitos humanos, o respeito à diversidade e a sustentabilidade socioambiental, que são extremamente importantes neste momento do Brasil que enfrenta desafios em garantir o direito à vida e à educação para populações vulneráveis (favelas, comunidades indígenas) e o plano precisa abordar esses temas com maior profundidade.

✓ O plano também deve incluir questões ambientais, considerando as frequentes queimadas no Norte e Centro-Oeste do Brasil. Sendo necessário que o PNE trate da sustentabilidade de forma mais incisiva para enfrentar os desafios atuais.



## SENADO FEDERAL

✓ O grande desafio do próximo decênio será aumentar o investimento público em educação. O PNE anterior falhou em atingir suas metas de investimento, e o novo plano precisará garantir recursos suficientes para que diretrizes, objetivos e metas sejam alcançados nos próximos dez anos.

✓ Destaque aos 53% dos professores e professoras das redes estaduais deste país tem contratos muito precários, com isso, a valorização dos profissionais da educação é central para o sucesso do PNE. Sem ampliar investimentos em salários, carreira e concursos públicos, será impossível atrair jovens para a docência e fortalecer a profissão.

✓ O projeto de lei prevê que o investimento público em educação atinja 7% do PIB até o sexto ano de vigência do PNE e 10% até o final do decênio, em 2035. No entanto, o país já buscava 10% no PNE anterior, o que evidencia a falta de avanços.

✓ A importância ao debate sobre financiamento tem se concentrado na educação básica, mas é crucial expandir a discussão para incluir o acesso ao ensino superior, à pós-graduação e à pesquisa pública. É especialmente importante investir no desenvolvimento de tecnologia e inteligência artificial, áreas que ganharam destaque durante a pandemia de Covid-19.

✓ O PNE precisa enfrentar as desigualdades educacionais, que afetam especialmente alunos negros, pardos, os mais pobres e aqueles em áreas rurais. A eliminação dessas desigualdades é um desafio urgente para a educação no país.

✓ Destaca-se a Educação de adultos privados de liberdade, o Brasil tem uma dívida histórica com essa população, quantos homens e mulheres deste país permanecem encarcerados por falta de uma atuação que possa contribuir com a sua vida plena. A educação pode desempenhar um papel crucial na reintegração dessas pessoas, e o PNE deve contemplar essa questão.

**Flávia Viana Basso, Chefe da Divisão de Disseminação de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (CGEE/ INEP)**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**



## SENADO FEDERAL

✓ Destaca-se a responsabilidade do INEP da publicação de relatórios estatísticos acerca de indicadores específicos- realizada de forma bienal na última década – constando 20 metas e 56 indicadores do PNE. O relatório apresentado, embora de 2024, apresenta determinados dados desatualizados e/ou de relatórios pretéritos.

✓ Dos indicadores citados: quinze tiveram alcance entre 90% e 100%, onze tiveram alcance entre 80% e 90%, quatorze tiveram alcance entre 50% e 80%, nove tiveram alcance inferior a 50%. São citados a universalização da educação infantil e a universalização do atendimento escolar para estudantes de 15 a 17 anos.

✓ Diversos fatores estão ligados ao PNE, como a pandemia e a própria execução; a execução é pensada por pontos percentuais até o limiar (100%), cruzando os dados de execução e de alcance. A média de execução de 42 indicadores manteve-se em 63,7%.

✓ Ligados ao alcance desses níveis, estão as desigualdades regionais, raciais, socioeconômicas. A precisão de dados para o novo PNE relaciona-se em diversas instâncias – Congresso e IBGE, por exemplo.

✓ Quanto ao ensino fundamental: o acesso, no cenário pós pandemia, teve uma queda no percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou concluiu o ensino médio; o objetivo no ensino fundamental era a meta de conclusão era 95%, e foi alcançado 84,3% para a população de 6 a 14 anos.

✓ Dados do ensino médio: a conclusão da educação básica atingiu 94% em 2023, estando dividida em dois indicadores: taxa específica da população alcançando 76%, cuja meta era 85%; outro dado analisado é a educação especial. Houve aumento nas matrículas neste seguimento de educação inclusiva, mas o atendimento abrange apenas 41%.

✓ Acerca da qualidade da educação básica: meta de 25% e alcance de 20% de atendimento em 2023, elevação da escolaridade média da população de 18 a 20 anos, cuja meta de 12 anos de escolaridade, a alfabetização da população com 15 anos ou mais, cuja meta era 93%, chegando ao patamar de 94,6%. Há dados que chegam próximo da meta, mas há questões de localização e renda que alteram o resultado.

✓ Quanto à educação profissional e tecnológica: meta de 25% de matrículas de educação de jovens e adultos, atingindo somente 2,8%. A meta fora fixada em 4,8 milhões, atingindo 2,8 milhões posteriormente.

✓ Para a educação superior: destaca-se a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, sendo a razão entre o total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação de todas as idades e o total da população de 18 a 24 que deveria



## SENADO FEDERAL

estar matriculado. O segundo indicador, a taxa líquida de escolarização, sobre o percentual da população de 18 a 24 que não frequenta, mas já concluiu o curso de graduação ou está frequentando, cuja meta era de 33% e atingiu 25%.

✓ Dados da formação e a valorização dos profissionais: destaca-se o desafio da formação específica para o nível superior, com ênfase na educação básica.

✓ Valorização dos profissionais do magistério: citada a questão de equiparar o vencimento. As 27 Unidades da Federação possuem planos de carreira, mas 22 delas possuem planos de carreira para profissionais não docentes. 96,3% dos municípios possuem planos de carreira para os profissionais do magistério, mas 42,1% possuem planos de carreira para profissionais não docentes.

✓ Sobre a gestão democrática: cita-se a questão da eleição de diretores - o percentual de escolas públicas que selecionam seus diretores com processo seletivo e eleição com participação da comunidade. A meta fora de 100%, alcançando 10%, o que evidencia que a escolha dos diretores continua sendo cargo por indicação. Em 2023, 46% dos diretores foram indicados para atuar nas escolas.

✓ Entre os documentos disponíveis no Portal Inep, destacam-se dois principais: o relatório descritivo e o painel de monitoramento. O painel, por ser interativo, permite filtrar dados por unidade da federação, raça/cor e localidade urbana ou rural, proporcionando uma descrição mais detalhada de cada indicador disponível.

**ANA do Paraná**

Como o Plano Nacional de Educação (PNE) apoiará a formação contínua dos professores para atender às novas demandas educacionais e perfis dos alunos?

**JESSICA de São Paulo**

Cada vez mais se vê a exigência de inglês fluente. Quando o Plano Nacional de Educação (PNE) preverá o ensino bilíngue (inglês e português)?

**TAIANA do Paraná**

O exposto no objetivo 13 contempla as mães graduandas? Existe alguma proposta para a sua permanência e conclusão do ensino superior?

**LARA do Distrito Federal**

Ao longo dos dez anos do Plano Nacional de Educação (PNE), serão feitas revisões periódicas para ajustes, quando necessário?

**SAMUEL do Rio Grande do Sul**

Como a informática na educação está inserida no novo Plano Nacional de Educação (PNE)?